



Conselho Regional de Serviço Social / RJ

PRAxis

ANO VIII - Nº 76 - MARÇO/ABRIL 2014



"Trabalho e direito: a luta não para" (2011/2014)

Três anos de desafios e conquistas junto à categoria

Páginas 8 a 10

A perda do direito à maternidade de mulheres em situação de rua. Página 16

Balanco das eleições para a gestão do Conjunto CFESS/CRESS no triênio 2014-2017. Página 13

As lutas sociais no Brasil e a Copa

Desde junho de 2013, a relação entre Copa e lutas sociais é preocupação pública. Há tempos o Brasil não via multidões nas ruas, com uma diversidade tão grande de questões, reivindicações, opiniões.

Na população, há um crescente questionamento à ausência de investimento em transporte, saúde e educação. Não que a falta de investimento tenha como causa a Copa do Mundo. Mas o discurso de que não há dinheiro já não convence. Governos e FIFA apostavam que o discurso dos "legados" para a população das cidades-sede geraria apoio. Mas a Copa tem gerado despejos, remoções, aumento do custo de vida, ganhos exorbitantes para os que vivem de especulação imobiliária e aumento da repressão. Investimentos em mobilidade e transporte público? Nem com aumento das passagens.

Nos governos, uma forte preocupação com o desgaste que as mobilizações podem trazer a prefeitos, governadores e presidente. As opiniões da população mudaram ao longo dos protestos de 2013. O inesperado e maciço apoio às manifestações revelou o forte desgaste de governos que se imaginavam elegendo com facilidade seus sucessores (ou a si mesmos) em 2014: o do Rio (Sérgio Cabral), o de São Paulo (Alckmin), o do Brasil (Dilma) etc. Sobrou para quase todo mundo. As prefeituras não ficaram de fora e é evidente o desgaste de prefeitos como Eduardo Paes, alvo de vários protestos populares.

É hora de pensar: vale a pena voltar às ruas durante a Copa e apoiar as causas que estarão nas mobilizações? Razões não parecem faltar:

Defender políticas públicas: transporte,

saúde, educação são, desde junho passado, políticas que a população defende. E com qualidade ("padrão FIFA"). Sabemos que políticas sociais são resultados de lutas e disputas de interesses entre distintos grupos e classes sociais.

Denunciar gastos públicos: em junho de 2013 o governo anunciava que as Copas das Confederações e do Mundo custariam R\$ 32,5 bilhões (R\$ 175 para cada habitante do Brasil). Recentemente, a estimativa, só dos investimentos federais já chega a mais de R\$ 8 bilhões.

Defender direitos e combater a desigualdade: 150 mil pessoas tiradas de suas casas; ambulantes e comerciantes proibidos de atuarem ao redor dos estádios; violência ascendente; investimentos de mais de R\$ 40 milhões apenas para armas letais para os "grandes eventos"; altíssimos lucros para o setor imobiliário e o da construção civil; R\$ 4 bilhões de lucro só para a FIFA.

Defender princípios democráticos: a "lei geral da Copa" reaviva o Estado de exceção no país. Manifestações podem ser punidas com maior violência e caracterizadas como terrorismo. No próprio governo federal há polêmicas sobre o abuso das exigências da FIFA contra a democracia no período da Copa.

Dar destaque aos debates sobre violência: o questionamento genérico à violência esconde a que é vivida todo dia pela população. Pense nos milhares de Cláudias e Amarildos; na violência crescente contra mulheres, crianças e população LGBT; no tratamento dado a quem habita favelas. As iniciativas governamentais para combater

estes processos ainda são escassas. E há mais repressão policial ao invés de políticas sociais.

Reagir ao discurso reacionário e conservador: se é verdade que bandeiras conservadoras e reacionárias aparecem em algumas manifestações (redução de maioria penal, aumento de penas de prisão etc.), as ruas sempre foram palco dos que querem uma sociedade justa, igualitária e democrática. Disputar consciências e posições de manifestantes e da população poucas vezes foi tão importante.

Contribuir para politizar o debate: 2014 é ano de eleições. Mas não podemos discutir apenas quem assumirá os governos. Na forma como a sociedade está organizada, é preciso também disputar programas e pressionar candidaturas a assumirem as reivindicações populares. Para alterar a conjuntura em favor dos interesses populares, porém, é indispensável manter a mobilização para exigir respeito a nossas reivindicações.

Participar e apoiar mobilizações que tenham estes horizontes significa dar voz a justas reclamações que temos a apresentar à forma como o Brasil vem se construindo. Nós, assistentes sociais, não devemos ficar de fora deste momento.

A diretoria

PRAxis NO FEMININO: No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

PRAxis

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 76 - Março/Abril 2014

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: comunicacao@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidente: Charles Toniolo de Sousa

Vice-Presidente: Moara Paiva Zanetti

1ª Secretária: Elizabeth Souza de Oliveira

2ª Secretária: Sílvia Dabdab Calache Distler

1ª Tesoureira: Edenilza Silva Cesário

2ª Tesoureira: Eduardo Nascimento de Carvalho

Conselho Fiscal: Telma Pilé Gomes, Leandro Rocha da Silva, Michele Pontes da Costa

Suplentes: Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Lobélia da Silva Faceira, José Rodolfo Santos da Silveira, Hilda Corrêa de Oliveira, Denise Nicácio Pereira, Loraine Rocha Vigo, Jolison Santana Marques Junior, Josélia Ferreira dos Reis, Carlos Felipe Nunes Moreira

Comissão de Comunicação e Cultura: Ana Lucia Vaz, Carlos Felipe Nunes Moreira, Charles Toniolo de Sousa, Leandro Rocha da Silva, Moara Paiva Zanetti, Michelle Moraes, Fernando da Silva Lopes, Jefferson Lee de Souza Ruiz, Célio Albuquerque, André Cansado e Allan Botelho

Seccional Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170

Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Lilliane Cardoso D'Almeida

Secretária: Rosângela Maria A. Benevides Guimarães

Tesoureira: Júnia de Souza Elias

Suplente: Irai Martins Bohrer

Seccional Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003

Pontual Shopping - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Paula de Almeida Pereira

Secretária: Natália Reis de Oliveira

Tesoureira: Larissa Fagundes Costa

Suplentes: Mitchelly de Barros Silva Santos

Jornalistas Responsáveis: Ana Lucia Vaz (MTB/RJ 18058) e Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751)

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D - Estagiário de jornalismo: André Cansado

Impressão: Gráfica Colorset - **Tiragem:** 14.000 exemplares - **Data de impressão:** 02/05/2014

Mês de Maio - Errata

Na programação do Mês de Maio publicada no Práxis 75, de janeiro/fevereiro, os seminários estaduais da Região dos Lagos e da Região Serrana estão com as datas trocadas. O **Seminário Estadual Região dos Lagos acontecerá dia 29 de maio**, em Cabo Frio, na Universidade Veiga de Almeida (Estrada Perynas, s/n). Hilda Correa e Juliana Bravo são as assistentes sociais já confirmadas para a mesa, que terá início às 14h.



O **Seminário Estadual da Região Serrana acontece dia 30 de maio**, em Teresópolis, no Teatro Municipal de Teresópolis (Av. Feliciano Sodré, 675, Agriões). Tatiana Dahmer e Luiz Marcos Lima são palestrantes confirmados para o evento que ocorrerá a partir das 14h.

Alterações na programação

Após a publicação dos quadros dos eventos agendados para o mês de maio da edição anterior do Práxis, também foram alteradas algumas programações.

Minicursos na sede do Conselho

O minicurso "Crime, tortura e exercício profissional", marcado para o dia 19 de maio, 17h, na sede do CRESS-RJ, terá como palestrante a assistente social Silene Freire.

No dia 22, 17h, o minicurso "Sistematização da prática profissional" ficará sob responsabilidade da assistente social Susidarley Mota.

"Atribuições e competências profissionais e o debate sobre o sincretismo", agendado para o dia 26, 17h, estará a cargo da assistente social Mavi Pacheco Rodrigues.

Minicursos nas seccionais

Na área da Seccional de Campos, caberá à assistente social Isabela Sarmet apresentar o minicurso "Sistematização da prática profissional", que será realizado na Faculdade Redentor, em Itaperuna. No dia 19, no Espaço Cultural Eletronuclear, em Angra dos Reis, o mesmo minicurso será ministrado pela assistente social Tatiana Fonseca.

Em Volta Redonda, no dia 28, caberá ao assistente social Ney Almeida a apresentação do minicurso "Sistematização da prática profissional", na sede da Seccional.

Seminário Estadual Região Norte e Noroeste Fluminense

Marcado para o dia 23/5, com o tema "Os megaempreendimentos, políticas habitacionais e Serviço Social", o seminário terá como palestrantes a assistente social Isabel Cardoso e Felipe Brito. O evento será realizado na sede do Instituto Federal Fluminense (IFF), que fica na rua Doutor Siqueira 273, Parque Dom Bosco, em Campos dos Goytacazes.

Registro e anuidade

Cancelamento e Interrupção

Qualquer profissional que não estiver exercendo a profissão pode pedir cancelamento da sua inscrição. O processo é simples. A assistente social deve comparecer à sede do CRESS, no setor de Registro e Anuidade, e fazer a solicitação do cancelamento formalmente, munida da cédula e a carteira de identidade profissional, declarando que não está no exercício de qualquer atividade, função ou cargo que envolva o exercício profissional de assistente social.

O pagamento da anuidade será devido apenas até o mês do pedido de cancelamento, adotando-se o critério da proporcionalidade para o pagamento da anuidade do exercício em curso.

Há também a possibilidade de solicitação de interrupção. Se por um período superior a seis meses a profissional adoecer, se ausente do país ou seja detida pela justiça, poderá ser solicitada a interrupção temporária do exercício profissional. É necessário que seja apresentada documentação probatória conforme os artigos 62 a 67 da Resolução CFESS 582/2010.

Leia mais sobre o tema em www.cressrj.org.br no link Registro e Anuidade.

ABEPSS itinerante 2014

O tema mais recorrente no Projeto ABEPSS Itinerante 2012 foi o "estágio supervisionado", tema também objeto de debates, resoluções e encaminhamentos do Conjunto CFESS / CRESS. Para a versão 2014 do mesmo projeto, a gestão da ABEPSS "Lutar quando é fácil ceder", para o período 2013/2014, escolheu o tema "Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas". A temporada se iniciou em março e prossegue correndo o Brasil até setembro de 2014. A intenção é discutir ao máximo o estágio supervisionado, de forma que dilemas e alternativas possam ser ouvidos e refletidos no período. O projeto prevê até 40 participantes por oficina. As inscrições serão feitas pelas regionais ABEPSS.



Mais informações pelo link:

<http://www.abepss.org.br/noticias/ver/25>

Exercício profissional na universidade

Assistente social atua na coordenação de estágio da UFRJ

Maria Angélica Pereira da Silva, assistente social, é “a cara da coordenação de estágio” da Escola de Serviço Social da UFRJ. No setor desde 1993, em 2011 foi a primeira profissional técnica a assumir uma coordenação de estágio em conjunto com um docente da Escola. Atualmente a equipe é composta por mais duas assistentes sociais. Desde o segundo semestre de 2013, o setor também passou a ser campo de estágio, exclusivo para alunas da Escola.

Angélica pensa em se aposentar. “Já poderia ter feito isso há dois anos”, afirma, mas ainda está se preparando. “O que me dificulta tomar esta decisão é que eu gosto do que faço. Gosto de ser assistente social, atender, pensar a profissão, executar as políticas... e gosto dessa convivência com os futuros profissionais”. No cotidiano do trabalho, Angélica está em contato com alunas, professoras e profissionais nos campos de estágio. A aposentadoria torna-se um desafio: “eu tenho que ver como vou substituir esse prazer que hoje tenho no trabalho.”

Se há muito prazer, há também muitos desafios.

A batalha pela abertura de campo de estágio

O acompanhamento dos campos de estágio, através de visitas, é uma das primeiras tarefas da coordenação destacada por Maria Angélica. A primeira visita é feita antes mesmo da assinatura do convênio de estágio. “Para abrir um novo campo de estágio, precisamos fazer um parecer para a UFRJ justificando a necessidade e importância daquele estágio”, explica.

Quando a professora responsável pela supervisão acadêmica já conhece a instituição e os projetos por ela desenvolvidos, caberá a ela elaborar o parecer inicial. Neste caso, “a visita da Coordenação de Estágio pode ficar para depois”, mas será feita. E será repetida, sempre que houver alguma sinalização de problemas na relação de estágio, sempre envolvendo a supervisora acadêmica, que tem a responsabilidade de acompanhar os campos de estágio de suas respectivas alunas.

Quase diariamente, segundo Maria An-



**“Se há muito
prazer, há
também
muitos
desafios.”**

Maria Angélica Pereira da Silva

gélica, a coordenação recebe indicação de potenciais campos de estágio, feita por estudantes, outras profissionais ou docentes. Mas garantir vaga de estágio para todas as alunas “é um desafio cotidiano!”. Segundo Angélica, “cada dia existem mais alunos, com demandas diversas. O número de instituições de ensino que buscam vagas de estágios é grande e a oferta não cresce na mesma proporção.” Por isso, é preciso iniciativas para “seduzir assistentes sociais dos campos a estabelecer parceria conosco”.

A ESS/ UFRJ, desde 2005, realiza cursos de capacitação para assistentes sociais supervisoras. Mais recentemente, foi criado um projeto de extensão de assessorias para instituições que oferecem estágio.

A maior dificuldade é conseguir estágio para estudantes que precisam trabalhar para sustentar os estudos. O governo federal tem, hoje, a política de ampliar o acesso de trabalhadores à universidade, mas não garante as condições de estudo a este aluno. “Apesar de termos um curso noturno, não temos vagas em mesmo número para estágios em fim de semana”, analisa Maria Angélica. Ao mesmo tempo, “não existe na UFRJ uma política de assistência estudantil ampla que possibilite a fixação deste aluno na universidade.”

Com isso, segundo Angélica, há cada vez mais estudantes buscando estágio remunerado que viabilize sua formação.

Para melhorar as condições de estudo, a Escola de Serviço Social da UFRJ tem um refeitório com geladeira, mesas, cadeiras e microondas, para estudantes que precisam emendar estudo e trabalho. “Muitos não têm dinheiro para comer na rua e o estágio não oferece remuneração!”, explica Angélica.

Qualificação do exercício profissional

O curso de atualização começou a ser ofe-

recido em 2005, apenas para as profissionais que atuavam como supervisoras das estagiárias da ESS/UFRJ. “Depois a gente começou a ver que os nossos supervisores já tinham feito o curso e outros profissionais tinham interesse em fazer, também”, explica Angélica. O curso, então, foi aberto, mas manteve-se a prioridade para quem supervisiona estagiárias da UFRJ. “A gente avalia que são potenciais supervisores da UFRJ – comenta Angélica – porque através do curso a gente faz um trabalho de sensibilização sobre a importância de supervisionar estágio”. A condição para participar é estar no exercício da profissão.

Os cursos, com carga horária de 180 horas, conferem certificado da UFRJ e, a partir de 2012, passaram a ter, entre seus resultados, a publicação de um livro com artigos de assistentes sociais que concluíram o curso para supervisoras de estágio. “Quer dizer, conseguir que o assistente social que está ali na prática, no seu dia-a-dia organize e sistematize sua experiência em um livro foi um grande avanço”, comemora Angélica. Este trabalho é feito com orientação de docentes da Escola de Serviço Social, “como trabalho voluntário”, destaca. “Isso não está previsto na carga horária, nem dos professores orientadores, nem daqueles que dão aula”, lamenta.

Segundo Angélica, em setembro 2013 foi lançado o primeiro livro, o segundo já está na gráfica e um terceiro está em processo de gravação.

O projeto de assessoria que está sendo oferecido pela coordenação de estágio e extensão prioriza as instituições que venham a abrir vaga de estágio para alunos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). São estudantes de todo o Brasil que fazem o curso em módulos, incluindo o estágio, que precisa ser realizado em períodos letivos de dois meses, garantida a carga-horária de 120 horas por período. “São estudantes que vêm das mais diversas realidades”, diz Angélica.

“A proposta foi fazer uma assessoria aos profissionais que estão na supervisão de campo, como um modo de acompanhar mais de perto este aluno”, explica Angélica. Professoras da ESS, especializadas em cada área oferecem oficinas, na lógica da formação continuada, para profissionais daquele campo, na própria instituição. Com isso, segundo Angélica, “a gente acompanha o campo de estágio ao mesmo tempo em que prepara esse campo para receber o aluno que tem uma dinâmica e realidade diferente do aluno do curso regular”.

A experiência de estágio para alunos do convênio Pronera, começou no segundo semestre de 2013, período em que o primeiro grupo de assentados iniciou o estágio obrigatório. “Ainda é uma experiência muito in-

cipiente, mas os alunos já avaliam que está sendo uma experiência rica para eles.” Embora tenha sido pensado inicialmente para garantir estágio para estudantes do Pronera, Angélica espera que o projeto de assessoria contribua para ampliar a oferta de vagas e de campo de estágio para as demais alunas. “Já temos um grupo bom de professores que têm projetos de pesquisa em áreas que podem concentrar grupos de estagiários”.

Acompanhamento do campo de estágio

Um dos principais desafios, segundo Maria Angélica, é o acompanhamento dos campos de estágio, em especial os remunerados. “Quando o aluno precisa daquele dinheiro, ele tende a não informar quando há problemas.” O acompanhamento, então, depende dos relatos de atividades, das visitas realizadas pelas professoras e pela coordenação de estágio. “Às vezes é preciso fechar um campo”, lamenta Angélica.

“Um outro problema que a gente vem enfrentando é com relação à carga horária do estágio.” Pela lei, a carga horária máxima de

estágio é de 30 horas semanais. Mas a UFRJ tem uma resolução que estabelece a carga horária de estágio em até 20 horas semanais, ou 24 horas, nas áreas de saúde, para plantões de 12h. “Em muitos campos com carga horária de 30h, nós conseguimos reduzir a carga horária, com a redução da bolsa”, explica. O conflito é inevitável.

“Se o profissional trabalha 30 horas, não vejo porque o estagiário trabalhar a mesma jornada. Sobra muito pouco tempo para ele estudar!”, pondera Angélica. “Por outro lado, eu penso: se esse aluno não fizer o estágio de 30 horas, ele vai arranjar um emprego de 40 horas, para ganhar o valor daquela bolsa ou até menos!” O assunto está em discussão dentro da Escola.

Um dos poucos campos para estágio nos fins de semana são projetos de extensão da própria UFRJ. Mas o campo é bastante restrito. No momento, poucos projetos oferecem estágio para estudantes de Serviço Social, na UFRJ. O Centro de Cidadania, que conta com assistentes sociais concursadas atuando como técnicas é um deles.



Serviço Social e questão urbana

Muito trabalho social, pouca democracia



Despejo da Favela Oi-Telerj: violação do direito à moradia em nome dos interesses do capital

Cresce, no Brasil, a demanda por profissionais de Serviço Social para trabalhar nas políticas urbanas e habitacionais. A boa notícia é que não podem mais ser apenas escritórios de arquitetura para executar programas de habitação. Por outro lado, “está tudo muito centralizado em grandes programas federais”, critica Isabel Cardoso, assistente social, professora de Serviço Social da UERJ e membro da Comissão de Direito à Cidade do CRESS-RJ. “Se, de um lado, tem um *boom* de financiamento, a sua realização, na ponta, é muito precária”, explica.

Desde 2007, as normativas do Ministério das Cidades exigem que os programas de habitação incluam o trabalho social. Em 2009, a normativa nº 8 definiu o trabalho social e estabeleceu a obrigatoriedade de formação em Serviço Social ou Sociologia para profissionais que coordenarão e executarão o trabalho social. Essa obrigatoriedade caiu com a normativa nº 21, editada em 2014, que define esta formação apenas como preferencial.

Segundo Isabel, nos anos 1990, municípios brasileiros tinham programas de urbanização de favelas, alguns financiados por agências multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD), com forte presença de assistentes sociais. “O trabalho social também já era um componente da metodologia do programa Habitar Brasil-BID, nos anos 2000”, explica. “Esta experiência foi incluída nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Minha Casa Minha Vida (MCMV).”

O PAC e o MCMV mobilizam muita verba e muitos projetos, provocando o que Isabel chama de “efeito cascata” na ampliação do mercado de trabalho para profissionais de Serviço Social. Mas a centralização das ações nesses esvazia as estruturas que deveriam elaborar o planejamento urbano.

Estruturas estaduais e municipais deixaram de existir ou perderam o poder de decisão. “Esvaziaram-se as funções mais progressistas do Ministério das Cidades, criado em 2003 com a promessa de implantar a reforma urbana prevista na Constituição de 1988”, analisa Isabel. O mesmo pode ser dito sobre as estruturas de controle social.

“Como fica a assistente social que está na ponta?”, pergunta Isabel. A profissional que é servidora pública, de um órgão municipal ou estadual, pode elaborar o projeto para concorrer ao edital do programa. Ela também elabora

o Termo de Referência e monitora o processo, mas outra equipe, terceirizada, realiza. Essa fragmentação do trabalho social cresce na cadeia produtiva do setor imobiliário e das políticas de saneamento. É nesse contexto de alienação crescente que está inserido o Serviço Social.

As empresas que atuam no mercado como prestadoras de serviço precisam ter, na sua razão social, a finalidade do trabalho social. Essas empresas geralmente têm assistentes sociais coordenando o trabalho social e na equipe. Por outro lado, há uma precarização das relações de trabalho e redução da autonomia profissional.

A luta pelo direito à cidade

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano define a intersectorialidade entre as políticas de habitação, saneamento, transporte/mobilidade e regularização fundiária. Na prática, porém, “a intersectorialidade não existe. Apenas exige-se que o trabalho social crie a articulação dos serviços e redes no território onde os empreendimentos estão instalados, depois de aprovados os projetos.”, explica Isabel. Isso sem contar que a Política desconsidera outros fatores fundamentais como saúde, educação etc. “O Acesso aos serviços urbanos e demais políticas sociais é condição de garantia da moradia como direito social e humano”, defende Isabel.

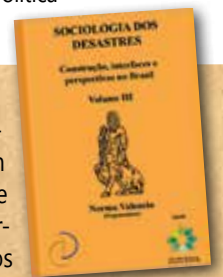
A preparação do Brasil para sediar a Copa do Mundo tem tornado evidente a lógica mercantil da política de urbanização, cujo foco é tornar a cidade lucrativa, em vez de atender às demandas sociais. Não é à toa que as manifestações contra o aumento das passagens, reivindicando o direito à mobilidade, explodiram com o grito contra a Copa. Também faz sentido que a mesma mobilização tenha levantado bandeiras das outras políticas que Isabel defende que deviam estar articuladas à política urbana.

Sociologia dos desastres

Entre as tragédias produzidas pela organização desigual do território, estão os desastres sociais que a mídia e o poder público costumam atribuir à natureza. Em 2013, o CRESS-RJ apoiou a publicação do volume 3 do livro “Sociologia dos Desastres”. O livro traz contribuição importante ao debate sobre os problemas e as formas de enfrentamento dos desastres sociais. O Conselho apoiou a publicação, tendo em vista a ainda insuficiente produção sobre o tema no Brasil, mesmo com as crescentes requisições para assistentes sociais intervirem diante de situações de desastres socioambientais.

São 18 artigos produzidos por diversos profissionais, incluindo assistentes sociais. O CRESS afirma no Prefácio do livro que “entender o que são os desastres, suas causas, determinantes, estudar as experiências já acumuladas ao longo da história, é tarefa fundamental da sociedade brasileira, se quisermos preveni-los e enfrentá-los”.

O livro pode ser baixado no seguinte endereço: www.ufscar.br/neped/pdfs/livros/E_Book_SociologiaDesastres_Vol_III.pdf



Juventude pobre e movimentos políticos

Perguntas explosivas e respostas em movimento

“A juventude é uma ameaça aos olhos do Estado, porque tudo que foge do controle ameaça”, avalia Mano Teko, 36 anos, presidente da ApaFunk (Associação dos Profissionais e Amigos do Funk). Mas, o que é juventude? Para Gabriel Siqueira, 25 anos, recém formado em História, a juventude não se define apenas por idade. “É um conjunto, um sujeito social, que permeia uma categoria que está se afirmando na sociedade”. Para Teko, “é até errado eu definir juventude”. Insistimos na pergunta e ele arrisca: “Juventude é esse turbilhão de perguntas”. E perguntar pode ser ameaçador. “O Estado está acostumado com ‘sim senhor’. O ‘por que’ mata o Estado. Quando a gente pergunta por que, o Estado fica puta.”

O funk é uma expressão desta ameaça. Mesmo formalmente legalizado, o baile funk continua sofrendo a repressão do Estado. Nas favelas ditas pacificadas, a realização dos bailes depende da boa vontade do capitão da PM local. Por isso, segundo Teko, “a molecada está saindo das áreas pacificadas para curtir o baile funk nas favelas que não estão pacificadas”.

O rolezinho, ou rolê – como é chamado em São Paulo – surgiu dessa repressão. “A galera tem que criar espaços, porque tem muito pouco espaço para curtir”, explica Mano Teko. “Qualquer espaço, no Rio de Janeiro, onde você junte quatro ou cinco jovens com uma caixinha de música, é baile funk. Isso dito por um comandante da Polícia Militar, na CDD (Cidade de Deus).”

Em São Paulo, segundo Teko, os rolês existem há muito tempo: “a molecada cria um evento no facebook, se encontra na rua, coloca funk alto ao extremo, pra curtir e nada mais”. A repressão também sempre existiu. “Para onde a galera ia, a Polícia chegava para proibir. O Estado nunca chegou para dialogar, para saber o que estava acontecendo.” Como chegou no shopping? “A galera estava num espaço, foi proibida, então, para onde a gente pode ir? Foi pro shopping”.

Mano Teko, morador da periferia, que diz que a favela foi sua escola, fala em falta de espaço e preconceito. Gabriel, recém formado



Gabriel Siqueira ao microfone: “O que está errado precisa ser expresso nas ruas.”

pela UERJ, fala em crise econômica: “A gente trabalha, trabalha, trabalha e não tem com o que sustentar. E isso é negado a todo o momento. Embora, segundo os números, a miséria tenha diminuído, as desigualdades aumentaram.”

“Eles tentam controlar a juventude, pela apropriação das formas que a moçada cria. Mas a galera se reinventa”, avalia Teko. Para Gabriel, as manifestações de rua também têm se modificado. A repressão policial, a campanha da mídia cria novos desafios. Mas manifestações como o catraço, quando os manifestantes pularam as catracas do trem, ganhou forte apoio popular, “porque o pessoal sente no bolso o peso das passagens”. Gabriel acredita que os brasileiros já conquistaram pelo menos uma grande vitória. “Houve, de junho para cá, a divulgação da cultura da manifestação. O que está errado precisa ser expresso nas ruas. Hoje, todo mundo quer se manifestar, quer discutir política, quer se colocar diante da sociedade”.

A participação da favela nas manifestações ainda foi muito pequena, na opinião de Teko. “Acho que 2013 foi um divisor de águas. A gente vê muita gente querendo se apropriar desses movimentos na rua. A busca por visibilidade, pelo microfone”. Para Teko, “a favela tem que se apropriar da rua. Movimentos como ‘Ocupa Borel’, ‘Ocupa Alemão’ são tão importantes quanto ir pra rua na Presidente Vargas”. Mas Teko avalia que ainda tem muito

pouco diálogo entre os movimentos organizados e o trabalhador.

Na primeira manifestação, Teko foi sozinho e começou a encontrar outros companheiros de luta. Na segunda, “juntou Alemão, Rocinha, Providência”, mas ainda era um grupo pequeno. Mas quando o grupo saiu em passeata com seu grito de guerra - “Ih, fudeu, a favela desceu!”.

Para Teko, ninguém está imune a esse estranhamento, reforçado pelo discurso hegemônico. Ele conta que nas reuniões do pessoal do funk com o MST acontecia o mesmo, no começo. “A gente ficava assim, achando que aqueles caras ia puxar a foíce e cortar nossa cabeça. Eles achavam que a gente ia puxar o revolver. Hoje a gente ri disso.”

Para Mano Teko, o momento é de luta. “Quem se diz militante tem que ‘colar’, a hora é essa.” Mas as diferenças sociais se mantêm. “O cara da Maré não vai pras ruas e dorme tranquilo no dia seguinte, ele tá de frente pro Choque. Vão bater na porta da casa dele e vão botar a faca no gogó, esse é o ritmo na favela. São anos e anos da mídia falando que a favela é crime, pra quebrar isso demora.”

Assistentes sociais atuam cotidianamente em favelas e junto à juventude e suas expressões socioculturais. Estar atento aos discursos ideológicos sobre esses segmentos e não cair nas suas armadilhas requer atenção e constante reflexão sobre seu exercício profissional.



Mano Teko

Balanço 2011/2014



Gestão Trabalho e direitos: a luta não para

Aproximação entre Conselho e profissionais foi marco da gestão

A criação de onze núcleos, ao longo de 2012, promoveu nova dinâmica na relação entre assistentes sociais do interior, de regiões não centrais da capital e a direção do Conselho. A melhoria da qualidade dos veículos de comunicação com a categoria criou novos espaços de diálogo e formação. A ampliação da Comissão de Orientação e Fiscalização e o investimento em visitas programadas às instituições, combinada à realização de 14 cursos sobre ética e exercício profissional, aprofundaram o elo entre profissionais em exercício e Conselho. Essas e outras medidas contribuíram para que mais assistentes sociais reconheçam no CRESS-RJ um espaço de atuação fundamental para a qualificação do Serviço Social.

Descentralização do CRESS

"O objetivo da nucleação foi exatamente que o CRESS se espalhasse pelo interior e aumentasse a participação de assistentes sociais no Conselho", explica Elizabeth Oliveira, 1ª Secretária e presidente do CRESS-RJ durante o período das eleições. Funcionando com apoio do CRESS-RJ, mas com autonomia para realizar atividades e ainda propor iniciativas ao Conselho, os núcleos tornaram-se espaço de participação efetiva de profissionais do interior. Ao mesmo tempo, têm contribuído para que o Conselho conheça melhor a realidade do Serviço Social no estado.

Outro caminho de ampliação da participação da categoria são as comissões temáticas. Por isso, a gestão "Trabalho e direitos: a luta não para" também retomou algumas comissões (assistência social, saúde, previdência) e criou outras (direito à cidade, direitos humanos e empresas). Em janeiro de 2013, com todos os núcleos e comissões em funcionamento, o Conselho aprovou normativa permitindo que um representante de base escolhido por cada núcleo e por cada comissão pudesse participar das reuniões do Conselho Pleno, democratizando ainda mais a participação da categoria no espaço de deliberação do CRESS-RJ.



Comunicar é atuar coletivamente

Em 2012, a Comissão de Comunicação e Cultura realizou pesquisa de opinião com assistentes sociais que participaram das atividades do Mês de Maio sobre os meios de comunicação do CRESS-RJ. Com base nesta pesquisa, investiu-se na ampliação da Comissão, na melhoria do jornal e do site, assim como na criação de novos espaços de divulgação em outras mídias.

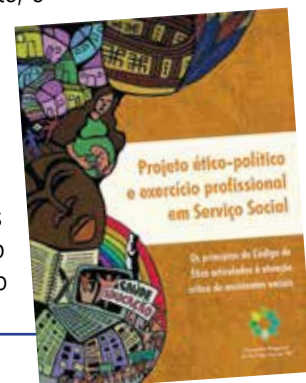


"Nós precisamos consolidar uma imagem adequada do Serviço Social na sociedade", enfatiza Hilda, conselheira do CRESS. "A comunicação é fundamental para isso. Para nos comunicarmos com a sociedade e para aproximar o Conselho da categoria". O novo site, as mudanças estéticas e de conteúdo no jornal, a abertura de espaços na mídia de massa foram conquistas importantes para que o Conselho cumpra seu papel.

Além de contribuir para o trabalho de formação e orientação da categoria, a comunicação amplifica a voz das assistentes sociais na sociedade. Dois passos fundamentais para a consolidação da imagem adequada da profissão. Pois a imagem do Serviço Social na sociedade se constrói pela visibilidade midiática e pela atuação de cada profissional em seu local de trabalho. O investimento na comunicação com a categoria, tanto quanto na comunicação com a sociedade, é elemento estratégico para a construção de uma imagem da profissão sintonizada com o projeto ético-político.

"A comunicação não é a área fim do Conselho, mas é uma área meio da maior relevância. Por isto, o CRESS-RJ se apropriou de tecnologias fundamentais para estabelecer uma comunicação de qualidade com a categoria e com a sociedade", conclui Hilda.

Em 2013, o CRESS-RJ acrescentou ao já histórico prêmio Visibilidade das Políticas Públicas e do Serviço Social, o prêmio Visibilidade Distorcida. Com o



objetivo de valorizar e divulgar a imagem do Serviço Social que queremos, o Prêmio Visibilidade homenageia matérias jornalísticas e práticas profissionais que contribuem para esta visibilidade. Em tom bem humorado, o Visibilidade Distorcida conseguiu abrir vários espaços na mídia para denunciar as péssimas imagens que a própria mídia reforça de nossa profissão.

Entre as publicações voltadas à formação profissional, a gestão 2011/2014 do CRESS lançou uma edição da Revista em Foco com o tema "Organização Sindical dos Assistentes Sociais" e o livro "Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social", vendido a preço de custo para a categoria. O livro traz artigos sobre a importância de cada um dos princípios do código de ética profissional e pode ser solicitado pelo e-mail secretaria1@cressrj.org.br

Formação, orientação e fiscalização

Houve contratação de novas agentes fiscais. Hoje são sete agentes em exercício, sendo que cada seccional tem uma agente fiscal. O investimento nas visitas programadas a unidades públicas da política de assistência social ampliou o contato entre profissionais e Conselho, abrindo canais de formação e orientação e consolidando, para assistentes sociais no exercício da profissão, o CRESS como espaço de debate, apoio e formação profissional.

Entre as atribuições das agentes fiscais, elas participam, como professoras, dos cursos de Ética e Exercício Profissional oferecido à categoria, aprofundando a relação entre profissionais e o trabalho de orientação e fiscalização do Conselho.

A gestão "Trabalho e direitos: a luta não para" criou os cursos Ética e Exercício Profissional que viabilizou o acesso de centenas de profissionais ao conteúdo fundamental dos cursos Ética em Movimento, oferecido pelo CFESS. Foram realizados, até o momento, oito cursos no Rio de Janeiro, voltados às diversas áreas de atuação de assistentes sociais e seis espalhados pelo interior do estado.

Agilização dos processos éticos

Até fevereiro de 2014, a gestão "Trabalho e direitos: a luta não para" havia analisado 29 denúncias éticas e 14 pedidos de desagravo, que resultaram em 17 aberturas de processo e realização de três atos de desagravos públicos. Ainda estão em análise sete denúncias éticas e cinco

CRESS-RJ nas lutas

As mobilizações de junho de 2013 surpreenderam a sociedade brasileira. Mas não surgiram do nada, como acreditam muitos cidadãos acostumados a confiar nas informações da mídia comercial. Muitas lutas já aconteciam, com pouca ou nenhuma repercussão midiática.

Professores universitários por condições de trabalho; profissionais de saúde contra a privatização dos hospitais; assistentes sociais em defesa da jornada de 30 horas; população em situação de rua protestando contra as ações de recolhimento compulsório; moradores de diversas regiões do estado, como os do Porto Acú, Porto Maravilha, Vila Autódromo e da favela da Oi-TELERJ, resistindo às investidas da especulação imobiliária; mães de internos do Degase denunciando tortura a seus filhos etc. O CRESS-RJ contribuiu em todas essas e em tantas outras lutas, ora na rua, ora contribuindo para a organização e fortalecimento de fóruns, ora atuando em espaços de controle social ou manifestando seu apoio publicamente.

O investimento nesta participação partiu, sempre, da convicção de que o Serviço Social não pode dar a sua contribuição para o acesso e a garantia de direitos se não contribuir para a organização da população na defesa e na ampliação desses direitos.



O I Congresso de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro, realizado nos dias 14 e 15 de Maio de 2013, foi mais uma iniciativa importante de valorização da formação e da elaboração teórica e técnica da categoria. Cerca de mil profissionais e estudantes participaram, com a apresentação de 115 trabalhos.

atos de desagravos, totalizando 55 denúncias. Foram realizados 14 julgamentos éticos.

"A Comissão Permanente de Ética elegeu como uma de suas prioridades agilizar a análise das denúncias éticas existentes no Conselho. Para isto, foi necessário ampliar a composição da Comissão, com a participação de assistentes sociais de base. Também foram realizados mutirões em finais de semana.

Junto a isso, investiu na composição das Comissões de Instrução de Processos Éticos, realizando chamadas públicas em nossos meios de comunicação. Eventos de recepção de assistentes sociais interessados em compor tais comissões, bem como atividades de qualificação permanente foram desenvolvidas

Ampliação do espaço e do corpo de funcionários

Sempre com o foco na melhoria da comunicação entre o Conselho e a categoria, a gestão 2011/2014 do CRESS-RJ alugou nova sala, ampliando o espaço do Conselho. Também contratou novos funcionários. É preciso ter em mente que, de 2007 para 2013, o número de assistentes sociais com registro ativo no CRESS-RJ passou de 7 mil para 15 mil.

Mas o investimento em pessoal não parou por aí. O CRESS-RJ melhorou as condições de trabalho, com medidas que foram da compra de mobiliário adequado à extensão da jornada de 30 horas semanais aos trabalhadores de nível médio e fundamental, abarcando todos os trabalhadores. Também vem discutindo com o corpo de funcionários o plano de carreira, cargos e salários, bem como a Política de Recursos Humanos do Conselho.

A gestão ainda, a partir de 2012, instituiu uma gerência administrativa de modo a profissionalizar e qualificar a gestão administrativo-financeira da entidade. Investiu ainda na contratação de serviços de transporte, que trabalha, prioritariamente, na realização das visitas de orientação e fiscalização realizadas pela COFI.



O resultado já se pode colher, em parte. A sociedade em que vivemos ainda não é aquela pela qual lutamos. Mas a atuação qualificada de assistentes sociais nesses espaços tem aumentado muito o reconhecimento de diversos setores da sociedade sobre o papel fundamental do Serviço Social nestas lutas. Melhor que isso, as mobilizações de junho conseguiram conectar essas lutas e estimular novas.

Balço 2011/2014

Audiências públicas

O CRESS-RJ participou de diversos eventos oficiais que debateram temas de relevância para o Serviço Social em nosso estado:

- a inserção, reconhecimento e criação de cargo de assistente social na política de educação onde ainda não existe;
- afirmação do posicionamento contrário ao projeto de depoimento especial de crianças e adolescentes no âmbito do Poder Judiciário ("Depoimento Sem Dano");
- posicionamento a favor de outra política de álcool e drogas contra as ações truculentas de recolhimento compulsório e em defesa do Estado laico contra as comunidades terapêuticas;
- condições de trabalho e saúde no sistema penitenciário do nosso estado;
- contra a privatização e a precarização das condições de trabalho de assistentes sociais nas unidades de saúde do nosso estado;
- contribuição junto ao Senado Federal para a revisão da Lei de Execuções Penais (LEP), defendendo o acesso da população penitenciária a seus direitos fundamentais e condições de trabalho dos profissionais que lá atuam.



Em todos esses temas, o CRESS-RJ foi convidado para se pronunciar, manifestando o posicionamento do Serviço Social brasileiro sobre essas questões e contribuindo para o debate público.

Além disso, o CRESS participou, como entidade, de diversas outras audiências públicas que versavam sobre questões pertinentes ao exercício profissional de assistentes sociais e à defesa dos direitos humanos e das políticas públicas de qualidade.

Seminário Nacional Serviço Social e Organização Sindical

O CRESS-RJ, após realizar dois seminários estaduais sobre o tema da organização sindical de assistentes sociais, e publicar uma edição da Revista Em Foco sobre essa questão, entendeu que esse era um debate que precisava envolver todo o país. Por isso, apresentou no 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS a proposta de realizar um Seminário Nacional no Rio de Janeiro, que, após aprovação, ocorreu em outubro de 2012.

Organizado pelo CRESS-RJ e pelo CFESS, o evento reuniu a categoria e afirmou a importância de assistentes sociais estarem envolvidos com as lutas sindicais, lutando pela ampliação de direitos na condição de parte da classe trabalhadora.

O CRESS-RJ defendeu, durante todo o Seminário, a necessidade da categoria buscar a participação em sindicatos, sejam eles gerais, por ramo ou por categoria. O importante é participar de sindicatos que estejam efetivamente comprometidos com as lutas da classe trabalhadora, na real defesa de seus interesses e na superação dessa sociedade que explora o trabalhador.



Seminários estaduais e outras atividades do CRESS-RJ voltados para a categoria

Além das atividades do mês de maio que historicamente o CRESS-RJ realiza, as diversas comissões temáticas do Conselho organizaram, durante esse período, seminários, oficinas, ciclos de debates, rodas de conversas, cursos e eventos diversos, com o objetivo de discutir o exercício profissional nos diversos campos de atuação, a partir de demandas de temas afins ao Serviço Social. Alguns desses eventos, inclusive, contaram com outros parceiros em sua organização, como universidades, outros conselhos profissionais ou diversas entidades da sociedade civil.

Tais eventos eram propostos nas reuniões das comissões temáticas, que ocorriam mensalmente (tanto na sede como nas seccionais), e, após aprovação pelo Conselho Pleno, realizados pelo CRESS.

Durante toda a gestão, por decisão política da direção, todas as palestrantes dos nossos eventos ou professoras dos nossos cursos e minicursos, que fossem graduadas em Serviço Social, estavam registradas no CRESS e em dia com suas anuidades, valorizando assim, o exercício da docência em Serviço Social como exercício profissional de assistentes sociais.

Seccionais - Balanço 2011/2014



Volta Redonda

“Ética na Resistência”

Durante a gestão “Ética na Resistência”, que esteve à frente da Seccional de Volta Redonda no período 2011/2014, foram realizados encontros CRESS/Seccional, que tiveram como foco promover debates sobre organização sindical, controle social e nucleação.

Dentro da política de interiorização do Conselho, foram criados três núcleos de assistentes sociais na área da Seccional: Costa Verde (Angra dos Reis, Paraty, Rio Claro), Agulhas Negras (Resende, Itaitiaia, Quatis, Porto Real) e Centro Sul (Três Rios, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Valença, Vassouras, Rio das Flores, Paraíba do Sul, Sapucaia, Areal, Levy Gasparian, Miguel Pereira, Paty do Alferes), com reuniões realizadas em diversos espaços, cumprindo o papel efetivo de descentralização. Em sintonia com essa política de levar o Conselho para o interior, foram ampliadas as

ações do mês de maio na região da Seccional.

A Seccional também apoiou movimentos sociais e lutas sindicais como as greves dos profissionais da educação de Volta Redonda.

Cumprindo o programa de campanha e atendendo à reivindicação da própria categoria, foi implantada na Seccional a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI). Além de ampliar o debate pedagógico com as assistentes sociais da região, a criação da Comissão permitiu dar início às visitas programadas nos equipamentos da política de

assistência social. Ainda foram realizados ciclos de debates sobre sigilo profissional e cargos genéricos, temas bastante sensíveis para a categoria. Também foi criada a Comissão Temática de Assistência Social da Seccional.

Entre as ações em defesa das condições de trabalho de assistentes sociais, o CRESS formalizou, no Ministério Público, denúncia sobre a existência de contratos por RPA (Registro de Profissional Autônomo) em Volta Redonda, quando há concurso em vigência, com profissionais aprovadas que não foram convocadas.

Outra ação importante foi a aproximação com as universidades da região, uma aposta na qualificação da formação em Serviço Social. Através da Seccional, o Conselho marcou presença em fóruns de supervisão de estágio e realizou debates sobre as funções do CRESS nos espaços acadêmicos.



Ao longo da gestão as seccionais tiveram espaço para serem mais atuantes



Campos do Goytacazes

Seccional conquista mais espaço

A interiorização das ações do Conselho foi uma das principais marcas da gestão 2011/2014. A seccional conquistou mais espaços, fruto de muita luta e compromisso da direção.

Com a política de nucleação foram implantados na Seccional de Campos três núcleos: Luta, Ética e Direitos (São Fidelis, São Francisco de Itabapoana, Itaocara, Cambuci, Aperibé, Santo Antônio de Pádua e Miracema), Integração e Liberdade (Itaperuna, Italva, São José de Ubá, Lage de Muriaé, Natividade, Bom Jesus de Itabapoana, Porciúncula e Varre-Sai) e Construção e Movimento (Macaé, Rio das Ostras, Carapebus, Quissamã, Casemiro de Abreu e Conceição de Macabu). Com os núcleos, o Conselho ficou mais próximo da categoria. Houve, também, aumento nas ações de fiscalização. Entre as ações, fo-

ram realizadas visitas planejadas aos CRAS e CREAS da região. Como desdobramento, houve reuniões com a categoria de devolução dos dados apurados a partir das visitas de fiscalização e orientações sobre o exercício profissional.

A Seccional de Campos participou de muitas lutas nestes três anos. Entre elas, marcou presença na audiência pública realizada na Câmara de Vereadores de Macaé sobre a inserção do Serviço Social na educação. Também assessorou a elaboração do Projeto de Lei (PL) sobre o tema. Através da comissão de orientação e fiscalização, a Seccional fez a revisão da lei de estágio do município.

Durante a gestão, foi implantado um Grupo de Trabalho (GT) em conjunto com a subseção do Conselho Regional de Psicologia (CRP), com realização de oficinas de trabalho voltadas para fiscalização na região

e visitas conjuntas planejadas. As duas entidades trabalham para a implantação de fórum regional e para a realização de seminários de trabalhadores do SUAS do norte e noroeste fluminense.

O seminário de capacitação das conselheiras representantes da Seccional em instâncias de controle social, que ocorreu em forma de Encontro CRESS/Seccional, contribuiu para qualificar a atuação da categoria. A Seccional também participou de reuniões com representantes da sociedade civil do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Campos dos Goytacazes.

Em dezembro de 2013, foi realizado o encontro Competência do Serviço Social na Política Pública de Saúde, muito importante para as profissionais da região. Houve ainda seminários sobre organização sindical (como encontro CRESS/Seccional) e educação.

Pergunte à COFI

Editais de Concurso e Vagas

Qual é o papel do CRESS em relação aos editais de concursos públicos onde há vagas para assistente social?

De acordo com a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em seu artigo 77, todos os conselhos profissionais devem participar de todas as fases do concurso público, desde a elaboração do edital até a homologação do concurso, sempre que houver vagas para o cargo da sua área de formação. No caso do CRESS, de assistente social. A Constituição do estado evidencia que antes mesmo de serem oferecidas as vagas, os conselhos deveriam ser comunicados pelas bancas organizadoras, a fim de que viessem participar da elaboração do edital. No entanto, são raras as situações em que bancas organizadoras cumprem o determinado pela Constituição.

Visando prevenir que irregularidades dispostas em editais sejam futuramente incorporadas ao exercício profissional da assistente social, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS realiza pesquisas periódicas em sites que disponibilizam vagas para concursos públicos, observando as questões pertinentes ao cargo de assistente social e também recebe denúncias de assistentes sociais e estudantes sobre irregularidades identificadas nos editais.

Como faço para denunciar uma irregularidade encontrada em edital de concurso?

A denúncia pode ser realizada diretamente para a COFI por meio de e-mail (cofi1@cressrj.org.br), telefone (21 3147-8765), carta ou presencialmente nos plantões desta comissão. Segunda, quarta e quinta-feira, de 13 às 17h30 e terça, de 9h às 13h30.

Recebi um e-mail com um anúncio de vaga para o cargo de assistente social com formação em assistência social. Cabe uma denúncia ao CRESS?

Sim. Após receber a denúncia, o CRESS enviará ofício à instituição solicitando as adequações do edital em relação ao



nome da profissão e do curso, esclarecendo também as diferenças entre a profissão de Serviço Social e a política de Assistência Social. A instituição, porém, pode solicitar profissional de Serviço Social com experiência em determinada área de atuação, como por exemplo, de Assistência Social.

Pesquisando por concursos públicos, encontrei o edital de um município solicitando apenas o ensino médio para o cargo de assistente social. O que o CRESS faz neste caso?

Assim que o CRESS toma conhecimento do fato, a COFI encaminha ofício para a empresa organizadora, solicitando que o edital seja retificado, orientando o fato de ser uma profissão de nível superior regulamentada com atribuições e competências previstas em lei.

Passei num concurso público, mas até agora não me chamaram e sei que há assistentes sociais contratadas trabalhando na instituição. O que o CRESS pode fazer por mim?

Neste caso não cabe denúncia ao CRESS, mas sim ao Ministério Público. A organização coletiva da categoria em prol de seus interesses também é fundamental. Mas segundo a própria Constituição Estadual, cabe aos conselhos somente a fiscalização daquilo que é pertinente a sua matéria profissional. Sendo assim, o CRESS deve fiscalizar as atribuições para o cargo de assistente social e o seu conteúdo programático. As entidades sindicais, nesse caso, podem e devem ser acionadas pelas aprovadas no concurso, uma vez que se

trata de uma situação que envolve vínculo trabalhista.

Recebi um anúncio de vaga e identifiquei na descrição das atividades atribuições que destoam dos artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação, como por exemplo: realizar atividade física regularmente e ter bom convívio social. Isso é permitido?

É importante que a assistente social, ao perceber atribuições incompatíveis como estas, entre em contato imediatamente com o CRESS, fornecendo todas as informações possíveis para contactar o responsável pelo anúncio. Ao identificar as irregularidades, a Comissão de Orientação e Fiscalização determina a devida adequação.

E se o responsável pelo anúncio da vaga/edital não acatar as determinações do CRESS, o que pode ser feito?

A Lei 8.662/93 é uma lei federal e deve ser respeitada. O CRESS-RJ, por meio de sua Comissão de Orientação e Fiscalização, atua principalmente na dimensão político-pedagógica, informando as irregularidades bem como solicitando as adequações necessárias. Porém, se a empresa ou instituição não atender a suas solicitações, cabe denúncia ao Ministério Público Federal, a fim de que sejam respeitadas as atribuições deste Conselho e da profissão.

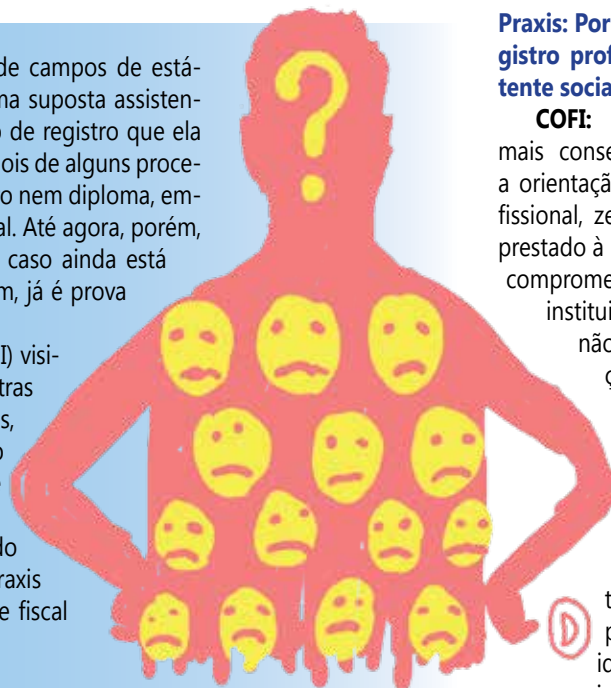
Orientação e fiscalização - Exercício ilegal da profissão

Ameaça à sociedade

Durante o trabalho rotineiro de verificação de campos de estágio, agentes fiscais do CRESS-RJ encontraram uma suposta assistente social cujo nome não coincidia com o número de registro que ela apresentava. O Conselho entrou em contato e depois de alguns procedimentos, a própria pessoa admitiu não ter registro nem diploma, embora alegue que concluiu o curso de Serviço Social. Até agora, porém, não apresentou documentos comprobatórios. O caso ainda está em apuração. A utilização de registro falso, porém, já é prova de irregularidade.

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) visitou a instituição mais de uma vez e identificou outras irregularidades. Trata-se de instituição para crianças, onde não há um histórico, nos materiais do Serviço Social, minimamente detalhado sobre elas, o que pode trazer sérios prejuízos às suas vidas.

O caso chamou especial atenção da direção do Conselho pelo risco de danos aos usuários. O Praxis entrevistou a conselheira Hilda Corrêa e a agente fiscal Nízia Maria Vieira sobre o assunto.



Praxis: Por que esta obrigatoriedade de registro profissional para atuar como assistente social?

COFI: Pelo mesmo motivo dos demais conselhos profissionais, para garantir a orientação e fiscalização do exercício profissional, zelando pela qualidade do serviço prestado à população. O exercício ilegal pode comprometer a vida do usuário. No caso da instituição que visitamos, por exemplo, não encontramos registros de utilização de nenhum dos instrumentos técnicos necessários, como levantamento e registro da história da criança. Não havia indícios de um trabalho de assistente social realizado com a família das crianças atendidas. Sem a existência do registro e do conselho profissional, isso talvez nunca fosse identificado, e a população continuaria sendo atendida por alguém não-habilitada para tal.

Praxis: São comuns casos de exercício ilegal como este, no Rio de Janeiro?

COFI: Isso já foi muito comum, mas hoje é mais raro. A população confundia com mais frequência o Serviço Social com trabalhos caritativos e algumas pessoas que estavam envolvidas com trabalhos na área social e que se diziam assistentes sociais. Também eram mais comuns entidades patrocinadas por políticos utilizarem indevidamente o termo Serviço Social, porque faziam assistencialismo. Hoje são casos menos recorrentes, mas o Conselho continua monitorando e conta com a colaboração da sociedade através de denúncias.

Praxis: Existem outras situações que podem ser caracterizadas como exercício ilegal?

COFI: Sim. De acordo com a Lei 8662/93, que regulamenta nossa profissão, para atuar como assistente social é preciso ter diploma de nível superior em Serviço Social e registro no Conselho do estado onde atua. O mais comum é encontrarmos assistentes sociais registradas em outro estado, ou pessoas que possuem diploma de Serviço Social, mas não se registraram ou estão com seu registro cancelado. Também já encontramos instituições que contratam estagiárias sem que haja profissional para supervisionar. O exercício profissional sem inscrição no Conselho correspondente também está previsto no Artigo 47 da Lei das Contravenções Penais.

Praxis: Quer dizer que a legitimidade / reconhecimento social da profissão já avançou bastante?

COFI: Pois é. O Serviço Social surgiu na metade dos anos 1930 com a prevalência de um perfil voltado à prática da caridade, mas já exigindo algum nível de formação. Consolidou-se como profissão nas décadas de 1940 e 1950 e a primeira regulamentação profissional se deu em 1957. O perfil contemporâneo ganhou força nos anos 1980 e em 1993 foi aprovada a atual lei de regulamentação e o nosso atual código de ética. Quer dizer, é uma profissão muito recente e já avançamos muito!

Praxis: No caso de assistente social contratada para cargo com nomenclatura genérica é preciso ter registro?

COFI: Sim, sempre que o cargo exigir o desempenho das competências e atribuições próprias do Serviço Social, definidas nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93. O que define a profissão não é o nome do cargo, mas a atuação profissional efetiva. O INSS, por exemplo, criou o cargo de analista previdenciário. O concurso exigia diploma de Serviço Social e suas atribuições eram típicas do Serviço Social. Então o edital do concurso exigiu o registro das profissionais após intervenção do CFESS.

Praxis: O que garante que uma profissional registrada não faça o mesmo?

COFI: Não existe garantia, mas o Conselho dispõe de meios para coibir atuações que não condizem com os princípios defendidos pela profissão. Em primeiro lugar, a assistente social recebe formação para atuar no sentido da garantia dos direitos. Além disso, ela está submetida ao código de ética e à fiscalização e orientação do CRESS. É por isso que enfatizamos tanto às profissionais que sempre utilizem seu número de registro. Em casos de profissionais devidamente registradas, mas que descumprem as normas profissionais, cabe denúncia formal à Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) ou à Comissão Permanente de Ética, quando há indícios de violação do código de ética profissional.

Praxis: Como essas denúncias podem ser feitas?

COFI: No caso das denúncias de irregularidades, através do contato com os plantões da COFI. No caso de possíveis violações do código de ética profissional, através de documento formal protocolado no CRESS. Não é indicado que nenhuma denúncia seja feita através do perfil do CRESS no facebook. Todas as orientações podem ser encontradas no link "Denúncias", no site do Conselho (www.cressrj.org.br).

Outras ações do CRESS

Março/Abril de 2014



I Seminário Estadual de Serviço Social e Saúde do Trabalhador

– “O Seminário foi um importante momento para pensar a atuação profissional na saúde do trabalhador” sublinhou a conselheira Josélia Ferreira dos Reis, uma das responsáveis pela organização do evento. Realizado no auditório 91 da UERJ, nos dias 13 e 14 de março, o I Seminário Estadual de Serviço Social e Saúde do Trabalhador foi mais um passo no processo de reflexão da categoria numa sociedade cada vez mais injusta. No evento, muitas questões importantes para a categoria foram discutidas e a lotação completa do auditório foi a confirmação da importância que o tema tem para a categoria e para estudantes de Serviço Social.

Como bem lembrou a professora Lúcia Freire, na mesa de abertura, “Serviço Social e saúde do trabalhador tem uma trajetória longa não só na prática profissional, mas nas discussões do próprio CRESS, por meio de comissões temáticas”. O seminário foi apenas uma extensão dessa trajetória. Temas como “Mundo do Trabalho e suas Repercussões na Saúde do Trabalhador” e “Saúde do Trabalhador e Exercício Profissional do Serviço Social” foram abordados durante o seminário.

Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (CEPCT) – O CRESS-RJ participou da reunião realizada dia 16/1.

Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (CONSPERJ) – O CRESS-RJ marcou presença durante as três reuniões ordinárias do CONSPERJ, realizadas nos dias 16, 20 e 28/1 e dia 4/2. Também participou, dia 6/2, do GT de Direitos Humanos do CONSPERJ.

GT de Manifestações Públicas – Ocorrida nas dependências do CONSPERJ, no centro do Rio, a reunião de janeiro aconteceu dia 21/1. No dia 11/2 foi realizada a segunda reunião. O CRESS-RJ esteve presente ao GT.

Reunião da comissão de gestão e do conselho fiscal na Seccional de Volta Redonda – Além das representantes da Seccional da região participaram da reunião o contador do conselho e conselheiras do CRESS-sede.

Conferência Municipal de Direitos Humanos na Cidade do Rio de Janeiro – Realizada nos dias 12 e 13/2, no Centro de Convenções SulAmérica, na Cidade Nova, na capital, contou com as participações de conselheiras do CRESS.

Debate com as chapas candidatas ao CRESS, CFESS e às Seccionais – a direção do CRESS, sede e Seccionais, acompanhou os debates oficiais organizados pela Comissão Eleitoral com as chapas candidatas ao CRESS-RJ e às Seccionais de Campos dos Goytacazes e de Volta Redonda.

AÇÕES DO CRESS – Janeiro/Fevereiro 2014		NÚMEROS
Pedidos de novas inscrições / reinscrições		180
Pedidos de cancelamentos / transferências para outros CRESS		98
Débitos encaminhados para dívida ativa		-
Cerimônias de Entrega do Título de Assistente Social		34
Atendimentos da COFI	Por telefone	85/76
	Por e-mail	32/13
	Pessoalmente	18/10
Visitas realizadas		04/07
Novos procedimentos da COFI		-/2
Fiscalização de editais de concursos e vagas		-
Edições do curso “Ética e exercício profissional”		
Novas denúncias éticas	De usuários	2
	De assistentes sociais	-
	De outros	1
Processos éticos em andamento	Com Comissões de Instrução de Processos Éticos em funcionamento	12
	Sem Comissões de Instrução de Processos Éticos em funcionamento	9
Julgamentos éticos realizados		-
Novas denúncias de desagravo público		-
Reuniões de Comissões do CRESS-sede		9/3
Reuniões na Seccional de Campos dos Goytacazes		-
Reuniões na Seccional de Volta Redonda		-
Reuniões de Núcleos do CRESS		1
Reuniões de Conselho Pleno		1/1

Eleições 2014/2017

“Contra a corrente: a luta continua” é eleita com mais de dois mil votos

“Agora é fundamental que a categoria participe dos espaços do CRESS contribuindo para que a nova diretoria possa realizar uma boa gestão, fortalecendo a democracia de nossa entidade e a luta por direitos.” A convocação é de Eblin Farage, presidente da comissão eleitoral.

Terminou dia 7 de abril o processo eleitoral para o conjunto CFESS-CRESS, triênio 2014-2017. Com chapa única para o CFESS, para o CRESS-RJ e as seccionais de Volta Redonda e Campos dos Goytacazes.

Para a gestão do CRESS, a chapa “Contra a corrente: a luta continua”, presidida pelo assistente social Rodrigo Silva Lima, obteve 2072 votos. Houve, ainda, 192 votos em branco e três nulos.

Rodrigo Lima, presidente eleito do CRESS-RJ, avaliou que, entre a nova gestão e a categoria existe a expectativa de uma relação da sede com os núcleos e seccionais, e da direção com a categoria como um todo ainda mais estreita. O assistente social se mostrou feliz com o resultado da eleição e destacou a importância da campanha: “As visitas aos municípios e aos espaços de trabalho garantiram uma primeira aproximação com a categoria, e isso foi muito importante”.

Maurílio Castro de Matos, presidente eleito para o CFESS, ressalta que as eleições do Conjunto “são eleições diretas, não obrigatórias, mas com um quórum mínimo, o que obriga que as chapas se mobilizem. E essa mobilização foi respondida. Cerca de 20 mil assistentes sociais responderam à convocação e votaram” em todo o país. Sua chapa, também única, “Tecendo na luta a manhã desejada”, recebeu 1912 votos no Rio de Janeiro. Foram apurados, ainda, quatro votos nulos e 351 em branco.

Para a Seccional Volta Redonda, houve 134 votos, sendo 118 na chapa única “Compromisso e resistência: a luta não para” e 16 votos em branco. A Seccional Campos dos Goytacazes, chapa única “Ética e movimento na defesa do exercício profissional”, recebeu 281 votos. Houve ainda 38 votos em branco e um nulo.

Conforme o artigo 22 do Código Eleitoral em vigor, o quórum mínimo é de pelo menos 1/5 dos inscritos em condições de votar, o que corresponde a 1535 votos. Sendo assim, a Comissão eleitoral declarou eleitas as chapas.

Maurílio salienta que um dos principais desafios da nova gestão é continuar o processo de ruptura com o conservadorismo profissional e a aproximação com os movimentos sociais de esquerda, “sem abrir mão da fiscalização, que é a função precípua do Conselho, não de uma forma punitiva, mas de uma forma educativa”.

Eblin Farage avalia que “o processo eleitoral transcorreu bem, registramos poucos problemas, que foram resolvidos com agilidade pela comissão eleitoral junto com os funcionários do CRESS”. Afirmou, ainda, que “a eleição via correio possibilitou a ampla participação da categoria”. O quórum mínimo foi superado.



Mães em situação de rua

Oficinas discutem rede de proteção à mãe e seu bebê

De 53 mães atendidas em maternidades municipais do Rio de Janeiro, identificadas como usuárias de crack e em situação de rua, apenas 14 saíram do hospital com seus filhos. As demais 39 foram afastadas deles, encaminhadas para abrigos (19), outros familiares (10), adoção (4), dentre outros. Os dados foram levantados em três maternidades – Carmela Dutra, Leila Diniz e Herculanino Pinheiro –, entre janeiro e junho de 2013.

Profissionais que trabalham em maternidades, unidades de saúde mental e atendimento à população em situação de rua observam, desde 2012, crescimento da judicialização das situações envolvendo essa população, em especial para quem faz uso de crack. Além de reduzir as possibilidades de atendimento às demandas reais, esta tendência “sobrecarrega o judiciário com questões que muitas vezes poderiam ser resolvidas fora dele”, afirma Verônica Busch, assistente social da Subsecretaria de Atenção Hospitalar de Urgência e Emergência, da Prefeitura.

Em setembro de 2013, por iniciativa do Fórum de Pessoas em Situação de Rua e de um grupo de assistentes sociais das maternidades do Município do Rio de Janeiro, contando com o apoio do CRESS, foram iniciadas oficinas de debates sobre o tema “jovens mães em situação de rua”.

“Nosso principal objetivo é articular a rede de proteção”, explica Márcia Vieira, assistente social da Maternidade Fernando Magalhães e, hoje, na Gerência de Programas de Saúde da Mulher, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Para ela, “as oficinas estão avançando neste caminho”. Já foram realizadas oito oficinas, que contaram com a presença de dezenas de profissionais de maternidades e estudantes, além de representantes de conselhos tutelares,

das políticas de saúde e saúde mental, do Ministério Público e da Defensoria Pública. As oficinas têm conseguido reunir cada vez mais atores da rede de proteção social.

A próxima reunião está marcada para o dia 21 de maio, no auditório do Ministério Público. “Foi marcado lá por iniciativa da equipe do MP, para que outros promotores possam participar do debate. Isso é ótimo!”, avalia Márcia.

A realidade na rua

Uma jovem em situação de rua, que não quis se identificar, conta que a amiga foi agredida pela polícia quando estava grávida de oito meses. E acrescenta: “Ela não fez o pré-natal com medo de perder a criança. Nós somos muito discriminados, no hospital somos os últimos a receber atendimento.” Sobre os abrigos, a opinião não é melhor: “A rua continua sendo melhor que os abrigos no Rio.” Revoltada, cita o abrigo de Antares, em Paciência, ao lado do qual funciona uma “boca de fumo”.

Profissionais reafirmam alguns problemas apontados pela jovem. A tendência do Estado é proteger a criança afastando-a da mãe que usa drogas ou vive nas ruas. Faltam equipamentos públicos, como abrigos capazes de acolher mães com seus filhos. Para abrigar famílias, existe apenas um em funcionamento. A rede de atenção psicossocial também é deficiente.

O principal objetivo das oficinas tem sido discutir alternativas para garantir a proteção de mãe e filho, de acordo com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Atendimento a usuários de drogas

Entre as propostas das oficinas está a capacitação de profissionais de maternidades para o atendimento de população que faz uso prejudicial de drogas, que a Superintendência



Uma tribuna onde todos tem voz

Municipal de Saúde Mental já se comprometeu a realizar.

Segundo Cristiane Sampaio, assessora de Álcool e Drogas da Superintendência, também serão criados 12 novos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) no Rio de Janeiro, entre 2014 e 2015. “A nossa expectativa é que a maior parte seja CAPS AD (especializado em atendimento de dependentes de álcool e drogas)”, explica.

Hoje existem apenas cinco CAPS na cidade, sendo três especializados em atendimento a pessoas que fazem uso prejudicial de drogas. No centro da cidade não existe nenhum. Cristiane avalia que o crack “trouxe de volta toda uma angústia que leva à busca de soluções mágicas”. Isso explicaria, em parte, a tendência à judicialização e à lógica de internação. Mas afirma que a Superintendência “acredita na formação da rede de proteção” como alternativa.

Direto para o Judiciário?

Quando uma mulher usuária de drogas chega à maternidade é encaminhada ao Serviço Social. Muitas vezes, já com a recomendação de acionar a Justiça da Infância. De acordo com muitas profissionais, o Conselho Tutelar deveria ser a primeira instância a ser procurada. Mas no município do Rio de Janeiro, a maioria dos conselhos tutelares tem orientado as assistentes sociais a se dirigirem direto ao judiciário. A exceção é o Conselho Tutelar da Zona Sul, segundo sua representante, que tem acompanhado as oficinas.

“O judiciário tem que ser a última instância, não a primeira”, defende Hilda Corrêa, conselheira do CRESS e membro do Fórum Nacional de População em Situação de Rua. A expectativa de profissionais que vêm se reunindo nas oficinas é a articulação da rede de proteção, que precisa incluir saúde, assistência social, judiciário, entre outras políticas, para garantia dos direitos de crianças e mães, na sua integralidade.



As oficinas são verdadeiros fóruns para discussão de tema tão caro